

Painel 2

“O sentido da laicidade - a sua evolução ao longo dos últimos anos”

Conclusões:

O Painel 2 reuniu cerca de trinta Il.'. das GLF de França, Bélgica, Portugal, Espanha, Alemanha e Suíça sobre o tema “ O sentido da laicidade - a sua evolução ao longo dos últimos anos”

As Il.'. começaram por constatar que o sentido a palavra laicidade é percebido de forma muito diferenciada.

Em alguns países a palavra não é utilizada ou é compreendida como sinónimo de ateísmo ou mesmo de anti-clericalismo.

Nos países que viveram para lá do muro de Berlim, a aspiração à laicidade tem dificuldade em ser apreciada, após décadas de ateísmo de Estado, que continua presente no espírito das populações.

Para lá da importância que é dada à separação entre Igreja e Estado, como garante de neutralidade dos poderes públicos, para nós a laicidade é um humanismo que pretende valorizar as dimensões mais universais do ser humano.

Ela valoriza a procura de uma individualidade plural e não os particularismos que podem afirmar os diferentes grupos humanos. A laicidade luta pela liberdade de consciência, para lá da liberdade religiosa. A laicidade pretende uma sociedade em que nenhum grupo dominante possa impor-se aos outros mas em que o espaço público pertença efectivamente a todos.

Segundo as palavras do filósofo português Eduardo Lourenço a laicidade é “uma consciência da sublime separação entre o domínio de Deus e o domínio dos homens”.

O conceito de laicidade implica um forte apego à separação entre o Estado e a Igreja, como garante da liberdade religiosa.

Existe ainda, na Europa, um grande número de Estados confessionais como o Reino Unido -anglicano, a Espanha - católica, a Grécia - ortodoxa, a Dinamarca - protestante ou mesmo regiões confessionais como a Alsácia ou certos cantões suíços.

No entanto a separação entre o Estado e a Igreja é um princípio largamente aceite pelas populações como um suporte da liberdade religiosa e de consciência, inscritas na carta dos direitos do ser humano das Nações Unidas, desde 1948.

Ela é contudo interpretada de forma “pouco límpida” em função da memória histórica de cada povo, mas também da evolução da realidade recente das nossas sociedades.

Precisamos constatar que a separação de princípio não impede nem mesmo justifica um financiamento muitas vezes muito generoso das Igrejas pelo Estado, como na Alemanha ou na Bélgica.

Este financiamento das Igrejas reconhecidas pelos Estados conduziu, por exemplo na Bélgica, a que os partidários da laicidade, ou seja, as associações laicas e o livre pensamento, sejam igualmente reconhecidos como tais e subvencionadas.

Pudemos constatar também que o Estado tem, cada vez mais, tendência a delegar funções de assistência, de saúde ou de educação a organizações não governamentais, que subvenciona. As Igrejas são muitas vezes candidatas e voluntárias para este tipo de actividades e divulgam assim, largamente, as suas crenças religiosas.

No que diz respeito à evolução recente constatámos um recuo generalizado da laicidade nos diferentes níveis em que ela se aplica na sociedade, quer seja:

- ao nível da lei
- ao nível da prática
- ao nível das consciências.

A noção de laicidade banaliza-se e é mesmo recuperada pelos partidos extremistas e pelas Igrejas.

Coloca-se-nos a questão de, como agir. Deve ser claro que, a título pessoal, tenhamos que estar vigilantes, mas também, ao nível de cidadãos, opormo-nos à demissão dos Estados nas suas funções cívicas e de soberania.

Deveríamos também, pela acção do CLIMAF, exercer poderes de influência ao nível da Europa para reafirmarmos os valores da laicidade.